



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2017.0000903262

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0003563-69.2014.8.26.0306, da Comarca de José Bonifácio, em que é apelante CARLOS CESAR BETELI (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA.

ACORDAM, em 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANDRADE NETO (Presidente sem voto), LINO MACHADO E CARLOS RUSSO.

São Paulo, 22 de novembro de 2017.

Maria Lúcia Pizzotti
RELATOR
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO Nº 0003563-69.2014.8.26.0306

APELANTES: CARLOS CESAR BETELI

APELADOS: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBARANA

COMARCA: José Bonifácio

JUIZ SENTENCIANTE: Dr. André da Fonseca Tavares

(mlf)

EMENTA

APELAÇÃO – ACIDENTE – BURACO NA VIA PÚBLICA – RESPONSABILIDADE SUBJETIVA – DEVER DE SEGURANÇA – ÔNUS DA PROVA – DANOS MATERIAIS e MORAIS.

1 - Responsabilidade subjetiva do Poder Público – necessário zelo na conservação, segurança e dirigibilidade das vias sob sua responsabilidade (art. 37, §6º, da CF). Queda decorrente de buraco na pista – compatibilidade entre os danos e a dinâmica fática evidenciada;

2 - Incontroversa a responsabilidade do réu pelo sinistro, evidencia-se o dever de indenizar pelo dano moral suportado.

RECURSO PROVIDO PARCIALMENTO

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra a r. sentença de fls. 143/146, cujo relatório se adota, que julgou IMPROCEDENTE a ação e condenou o autor ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Entendeu o Ilustre Magistrado de Primeira Instância que, as testemunhas que passaram pelo local descreveram que a estrada era de péssima qualidade no dia dos fatos, sendo que o autor não foi prudente ao trafegar em via de má condição em época de chuvas fortes.

Vencido, insurge-se o requerente, Carlos Cesar Beteli. Aduziu que não concorreu com culpa para o acidente, uma vez que trafegava em velocidade compatível com a via, não havendo indícios contrários. Alegou ainda que, era incontroversa a existência do buraco, bem como, a sua falta de sinalização. Pediu a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos materiais sofridos, ante as sequelas do acidente. Pediu ainda, a condenação da Prefeitura ao pagamento de indenização por danos morais.

Regularmente processado, vieram contrarrazões e os autos foram remetidos a este E. Tribunal.

APELAÇÃO Nº 0003563-69.2014.8.26.0306

É o relatório.

Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais em face da Prefeitura de Ubarana. Alegou o autor que, no dia 17 de dezembro de 2013, trafegava com a motocicleta Honda CG 150, pelo anel viário sentido Estrada Vicinal/463, quando ao passar por um buraco não sinalizado, perdeu o controle do veículo. Em decorrência do acidente, alegou que perdeu sua capacidade laborativa.

A ação foi julgada improcedente, sobrevivendo o presente recurso.

Deve ser reconhecida a responsabilidade do Poder Público no sinistro em destaque. A tese da culpa exclusiva da vítima não merece respaldo porque desamparada de qualquer elemento probatório (art. 373, inciso II, do Código de Processo Civil) – inadmissível supor a excludente de responsabilidade com base em suposições do ente estatal.

As testemunhas ouvidas em audiência confirmaram que a via estava em péssimas condições, bem como, que o buraco no qual caiu o apelante, não estava sinalizado, demonstrando evidente falha no serviço disponibilizado, uma vez que é dever do Poder Público zelar pela conservação, segurança e dirigibilidade das vias que se encontram sob sua responsabilidade. Deveria ter adotado todas as medidas cabíveis para impedir que a má conservação da via prejudicasse o tráfego, evitando assim acidentes que possam acarretar danos ao autor.

Para corroborar, iterativa jurisprudência – destaque:

"APELAÇÃO AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. Preliminar de nulidade da sentença, em razão do cerceamento de defesa Não ocorrência. Prova pericial que não se mostra essencial para a solução do caso ACIDENTE DE VEÍCULO Pista em condições adversas, devido ao acúmulo de areia carregada pelas águas pluviais Relação de consumo Falha na prestação de serviços evidenciada, uma vez que é dever do Departamento de Estradas e Rodagem requerido zelar pela conservação, segurança e dirigibilidade das vias, adotando medidas cabíveis para garantir a segurança daqueles que nelas trafegam Dever de indenizar DANOS MATERIAIS Configurados Alteração, contudo, do termo inicial dos juros de mora DANOS MORAIS Caracterização Aplicação da Lei nº 9.494/97 no tocante aos parâmetros para os juros de mora, observando

APELAÇÃO Nº 0003563-69.2014.8.26.0306

a inconstitucionalidade da aplicação dos índices de remuneração básica da poupança para a correção monetária. Recursos parcialmente providos." (Ap. n. 0000815-38.2013.8.26.0326, Rel. Des. Hugo Crepaldi – 25ª Câmara de Direito Público, j. 30/10/2014).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO EM RODOVIA FEDERAL. BURACO NA PISTA. MORTE DO MOTORISTA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. OMISSÃO. OCORRÊNCIA DE CULPA. DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. PROPORCIONALIDADE. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ. PENSÃO PREVIDENCIÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SÚMULA 284/STF. 1. Não há violação do art. 535 do CPC quando o Tribunal de origem analisa adequada e suficientemente a controvérsia objeto do recurso especial. 2. Na hipótese dos autos, restaram assentados no acórdão os pressupostos da responsabilidade subjetiva, inclusive a conduta culposa, traduzida na negligência do Poder Público na conservação das rodovias federais. O acolhimento da tese do recorrente, de existir culpa exclusiva da vítima, demandaria a incursão no conjunto fático-probatório dos autos, providência obstada pela Súmula 7/STJ. 3. Manutenção do valor fixado nas instâncias ordinárias por dano moral (R\$ 100.000,00 - cem mil reais), por não se revelar nem irrisório, nem exorbitante. 4. Tratando-se de reparação por danos morais, nas hipóteses em que a responsabilidade é extracontratual, os juros são devidos desde o evento danoso, na forma da Súmula 54/STJ. (...). 7. Recurso especial conhecido em parte e não provido". (REsp 1356978/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013). (grifos meus).

Assim, ao deixar de prestar adequadamente o serviço de fiscalização na via e garantir condições razoáveis de tráfego aos usuários, comprometendo a segurança dos condutores, revela-se manifestamente defeituoso o serviço prestado pela Prefeitura, devendo responder pelos danos causados. E, diante das jurisprudências colacionadas, ilidível a admissibilidade da indenização de cunho moral.

Fenômeno interno, o dano moral, em si mesmo, não precisa nem pode ser provado. O que deve ser provado são fatos, condutas ou omissões que ocasionem a mencionada ofensa aos direitos da personalidade e, por consequência, sofrimento e dor ao prejudicado. A avaliação sobre quais fatos que causam dano moral deve ser feita pelo juiz, segundo a jurisprudência e as regras da experiência.

APELAÇÃO Nº 0003563-69.2014.8.26.0306

Muito se questionou sobre a reparabilidade dos danos morais. Não se ignora que, inicialmente, havia certa resistência quanto à possibilidade de reparação, mas a discussão restou superada em face da Constituição Federal de 1.988, que em seu artigo 5º, incisos V e X, deixou evidente a possibilidade de reparação do dano moral, bem como a sua cumulatividade com o dano material. Neste sentido inclusive foi editada a Súmula nº 37 do STJ, cujo enunciado destaca: "*São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato*". Prevaleceu, portanto, a correta orientação de que os danos morais devem ser reparados.

O dano moral não precisa representar a medida nem o preço da dor, mas uma compensação pela ofensa injustamente causada a outrem.

A indenização econômica, assim, tornou-se o único meio para a reparação do dano moral. Ocorre por mera compensação ou neutralização e não exatamente por restauração dos bens lesados, o que, à evidência, seria impossível. Diante de tais situações, a única via pela qual se pode ao menos minorar os efeitos do dano é por meio da reparação pecuniária.

Assim, para a fixação dos danos morais, além do dano, também se deve levar em conta a situação econômica das partes, a fim de não dar causa ao enriquecimento ilícito, mas gerar um efeito preventivo, com o condão de evitar que novas situações desse tipo ocorram, e também considerando o porte financeiro daquele que indenizará, não se podendo fixar o valor de indenização em quantia irrisória, sob pena de não vir a surtir o efeito repressivo que se pretende, qual seja, fazer com que o agente perceba, eficazmente, as consequências de seu ato ilícito.

Nesse aspecto, devem ser levadas em consideração as peculiaridades do caso, as regras de experiência do julgador e os balizamentos doutrinários. O autor sofreu fratura na vértebra lombar, tendo permanecido afastado de suas atividades por trinta dias.

Diante de toda a exposição sobre o tema, entendo ter se configurado ofensa aos direitos da personalidade apta a autorizar a condenação do ofensor ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos. E, considerada a gravidade da queda, com reflexos corporais, bem como, os paradigmas jurisprudenciais, fixo o valor da indenização em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), corrigida do arbitramento e acrescida de juros de mora de 1% a contar do evento danoso.

Quanto aos danos materiais, inobstante o autor ter ficado afastado por trinta



6

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Seção de Direito Privado

APELAÇÃO Nº 0003563-69.2014.8.26.0306

dias do trabalho, não há provas nos autos, de que após, decorrido o referido prazo, o requerente tenha ficado com sequelas que comprometessem a sua capacidade laborativa.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, a fim de condenar a Prefeitura Municipal de Ubarana ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), corrigida do arbitramento e acrescida de juros de mora de 1% a contar do evento danoso.

Ante a sucumbência recíproca, cada parte deverá arcar com 50% (cinquenta por cento) das custas e despesas processuais, bem como, com os honorários da parte adversa, que fixo em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), já considerando a atuação na fase recursal.

MARIA LÚCIA PIZZOTTI
Relatora